

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, revogada pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, e conforme seu Estatuto, Decreto nº 3.972 de 16 de outubro de 2001, e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis, é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Com personalidade jurídica de direito privado, capital social totalmente subscrito e integralizado pela União e integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais, é responsável por prover e integrar soluções em tecnologia da informação e comunicações para o êxito das finanças públicas e da governança do Estado, em benefício da sociedade.

Com o emprego adequado de soluções estruturadoras, vem contribuindo efetivamente para racionalização e modernização de setores estratégicos da Administração Pública, nas diversas esferas do Governo, sem descuidar de sua responsabilidade social empresarial, onde tem papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão digital. Para tanto, atua com uma estrutura em rede composta por células denominadas Unidades de Gestão onde, na sede em Brasília e nas projeções regionais e 26 escritórios, atuam 9.960 empregados que compõem seu quadro de especialistas.

Neste contexto, vem investindo no aprimoramento constante de sua gestão empresarial, implantando os critérios básicos que atendem as boas práticas de governança corporativa, tendo a Superintendência de Gestão Financeira uma estrutura formal de gerenciamento dos riscos operacionais. A partir desta Unidade de Gestão, diretores e superintendentes dispõem de um efetivo monitoramento dos riscos, por meio da identificação, classificação, mensuração, definição e acompanhamento de planos de ações, ao mesmo tempo em que mantêm a permanente avaliação e melhoria dos controles internos voltados aos processos financeiros como, também, por ações específicas de transparência e conformidade.

NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas adotadas no Brasil, conforme os preceitos estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303, de 31 de outubro de 2001, incluindo as normas contábeis recomendadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para as companhias abertas, tendo em vista que estas normas são elaboradas em conjunto com o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes - IBRACON e Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e conforme estabelece o parágrafo 11.1.1.1 da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 11: "*na ausência de disposições específicas prevalecem as práticas já consagradas pela profissão contábil formalizadas ou não pelos organismos próprios*".

O SERPRO, como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União, portanto, utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, trabalhando na limitação da data de encerramento do exercício social de 2006, em 15 de janeiro de 2007, determinação essa contida na Norma de Encerramento da Secretaria do Tesouro Nacional, Macrofunção 02.03.18.

As contas ativas e passivas que guardam ligação entre si foram consideradas, para fins de apresentação, pelo valor líquido, por sua natureza semelhante.

O Balanço Patrimonial contempla nova estrutura conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 488, que aprova a Norma e Procedimento de Contabilidade – NPC 27.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior, foram reclassificadas, e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, para melhor entendimento das demonstrações contábeis no período atual.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

Registradas pelo valor original, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento das demonstrações contábeis.

3.2) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são escrituradas obedecendo o regime de competência.

3.3) Provisão para Devedores Duvidosos

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, que leva em consideração o histórico de perdas e o conhecimento da situação individual dos clientes.

Fundamentada no princípio da prudência, a Provisão para Devedores Duvidosos é calculada tomando por base o critério da evolução histórica dos valores pendentes de recebimento, revisados anualmente, sendo que este ano foi ajustado de 1,33% para o percentual de 2,84%, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.4) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam melhorias, são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. A depreciação está calculada pelo método linear e as taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e em conformidade com a Instrução Normativa nº 162/98 da Secretaria da Receita Federal.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem do valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes, no que se refere à Reavaliação de Ativos – Resolução CFC Nº 1004, de 19 de agosto de 2004, que aprova a NBC T 19.6 – Reavaliação de Ativos.

3.5) Tributos

3.5.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Artº. 230 do Regulamento do Imposto de Renda/99).

3.5.2 – A COFINS e o PASEP estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade.

3.5.3 – O Imposto de Renda (15%), o adicional do Imposto de Renda (10%), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), a COFINS (3% e 7,6%) e o PASEP (0,65% e

1,65%), estão registrados considerando, para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis.

3.5.4 – A contabilização do Ativo Fiscal Diferido está de acordo com o estabelecido na Deliberação CVM nº 273/98.

3.6) Exigível a Longo Prazo

As obrigações de longo prazo estão constituídas com base na expectativa de suas realizações, estando demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias incorridas.

3.7) Uso de Estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade requer que a Administração da Empresa, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para devedores duvidosos, ressarcimento por cessão de pessoal decorrente de ações judiciais, provisão para contingências, realização de impostos e contribuições sociais diferidas.

3.8) Informações adicionais às Demonstrações Contábeis

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, estão sendo apresentadas as seguintes demonstrações:

- a) Demonstração do Fluxo de Caixa - (Anexo 1);
- b) Demonstração do Valor Adicionado - (Anexo 2).

NOTA 4 – DISPONIBILIDADES

As disponibilidades estão discriminadas a seguir:

Discriminação	Em R\$	
	2006	2005
Bancos c/ Movimento	12.748,84	77.548,38
Fundo de Aplicação Financeira	161.953.986,38	372.199.235,95
Limite de saque com Vinculação de Pagamento	61.233.090,07	16.720.400,93
TOTAL	223.199.825,29	388.997.185,26

4.1) Fundo de Aplicação Financeira

As aplicações financeiras são remuneradas pelo fundo extramercado comum, administrado pela Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários BB – DTVM.

4.2) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

São recursos financeiros depositados diretamente na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representando o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional.

NOTA 5 – CRÉDITOS DE CLIENTES

O detalhamento dos créditos a receber encontra-se assim discriminado:

Discriminação	Em R\$	
	2006	2005
Faturas a Vencer	57.402.378,35	52.592.916,57
Faturas Vencidas	180.177.801,41	107.337.425,29
Contas a Receber Bruto	237.580.179,76	159.930.341,86
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	(6.747.277,11)	(2.127.073,54)
TOTAL	230.832.902,65	157.803.268,32

NOTA 6 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Estão provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação vigente, conforme discriminado abaixo:

Discriminação	Em R\$	
	2006	2005
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro Contábil do Exercício	219.189.148,53	153.834.898,81
(*) Adições	84.048.856,56	144.169.868,96
(-) Exclusões	48.377.170,26	75.027.479,39
Base de Cálculo da Contribuição Social	254.860.634,83	222.977.288,38
Contribuição Social – Alíquota 9%	22.937.457,13	20.067.955,95
(-) Antecipações	22.882.948,97	18.991.918,23
Saldo a Pagar/Compensar	54.508,16	1.076.037,72
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro Contábil depois da CSLL	196.251.691,40	133.766.942,86
(*) Adições	106.931.194,01	163.206.794,33
(-) Exclusões	48.377.170,26	75.027.479,39
Lucro Fiscal do Exercício	254.805.715,15	221.946.257,80
Imposto de Renda – Alíquota 15%	38.220.857,27	33.291.938,67
(-) Parcela isenta do adicional de IR	240.000,00	240.000,00
Adicional do IR – Alíquota 10%	25.456.571,52	22.170.825,78
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	1.528.834,29	1.331.677,55
Imposto Devido	62.148.594,50	54.130.886,90
(-) Antecipações	84.726.428,20	73.504.130,93
Saldo a Compensar	(22.577.833,70)	(19.373.244,03)

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Os saldos de créditos fiscais de curto prazo são de R\$ 52.526.881,00 e encontram-se discriminados da seguinte forma:

7.1) Saldo de Imposto de Renda a Compensar (NOTA 6)

O saldo, no valor de R\$ 22.577.833,70, refere-se à diferença entre o imposto devido anualmente e antecipações oriundas, principalmente, das retenções na fonte efetuadas na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996.

7.2) Créditos Fiscais Diferidos

Corresponde ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, apurados sobre as diferenças temporárias e registrados em atendimento à Deliberação CVM nº 273 e encontram-se discriminados a seguir:

	Em R\$	
	2006	2005
Licença – Prêmio	12.566.202,59	10.939.439,33
Plano de Previdência Complementar	5.325.448,16	5.191.071,15
INSS	527.733,40	1.722.831,38
Provisão para Devedores Duvidosos	2.253.590,56	710.442,58
TOTAL	20.672.974,71	18.563.784,42

A realização dos referidos créditos fiscais ocorrerá quando do pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

7.3) Créditos Fiscais Diversos

Correspondem aos créditos fiscais relativos a COFINS, PASEP, IRPJ, CSLL, além de valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto ao Fisco Federal e Municipal. O montante destes tributos a compensar na data do balanço é de R\$ 9.276.072,59.

NOTA 8 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

8.1) Pessoal Cedido – PSE

O SERPRO possui 3.231 empregados cedidos ao Ministério da Fazenda. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo respectivo reembolso destas despesas, com fundamento no Decreto nº 5.213/2004. Em 2006, o valor registrado a título de ressarcimento foi de R\$ 139.951.689,89 (R\$ 129.420.700,48 em 2005), conforme item 4.12 da Demonstração do Resultado do exercício e os valores pendentes de recebimento no total de R\$ 49.768.082,80 (R\$ 45.412.121,12 em 2005) compõem os créditos a receber registrados no título Ressarcimento de Pessoal.

8.2) Processo Trabalhista nº 2047/São Paulo

A empresa teve, em 2005, sentença desfavorável no processo trabalhista 2047/89 - 39ª VT/SP, iniciado em 1989. A ação foi movida por 565 empregados cedidos ao Ministério da Fazenda.

O SERPRO fez o reconhecimento contábil deste processo no resultado do exercício de 2005, registrando a obrigação a pagar no valor total do processo, tendo em vista o cumprimento de ordem judicial.

No que diz respeito ao ressarcimento dos valores deste processo, a Consultoria Jurídica do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão deu parecer favorável ao SERPRO, o que fundamentou o registro do direito ao recebimento total destes recursos sob o título Ressarcimento de Pessoal.

O valor do processo foi revisto em 2006, considerando os ajustes decorrentes das revisões nos valores correspondentes aos encargos da empresa e alteração da tabela do Imposto de Renda, reduzindo o montante para R\$ 241.883.426,54, conforme discriminado abaixo:

	Em R\$	
	ATIVO	PASSIVO
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes encargos / tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago	-	(115.913.645,20)
Saldo a pagar em Dezembro de 2006	-	125.969.781,34
Valor a receber em Dezembro de 2006	241.883.426,54	-

NOTA 9 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Os bens e valores em circulação estão assim representados:

	Em R\$	
	2006	2005
Estoques - Almoxarifado	894.002,78	1.008.564,59
Títulos e Valores	176.154,00	209.091,20
TOTAL	1.070.156,78	1.217.655,79

NOTA 10 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Os valores realizáveis a longo prazo correspondem aos depósitos judiciais e recursais, referentes às ações em que a empresa é parte envolvida, cujos recursos são

depositados em juízo em cumprimento à determinação judicial, pendentes de julgamento na data das demonstrações contábeis, conforme discriminação abaixo:

	Em R\$	
	2006	2005
Depósitos Judiciais	151.027.258,71	145.831.889,09
Depósitos Recursais	14.473.561,95	13.862.194,50
TOTAL	165.500.820,66	159.694.083,59

NOTA 11 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte de acordo com os itens abaixo:

11.1) Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, conforme demonstrado a seguir:

	Em R\$	
	2006	2005
Contingências Trabalhistas	71.510.416,73	64.140.195,40
Planos de Previdência Complementar	41.829.858,93	38.315.632,30
INSS Parcelamento	439.777,84	678.459,85
Provisão para Perdas Prováveis	2.907.939,36	3.201.876,07
TOTAL	116.687.992,86	106.334.163,62

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários oriundos das provisões correspondentes às obrigações com o fundo de pensão, no total de 240 parcelas, tiveram 115 delas realizadas até o encerramento de 2006. As 125 parcelas restantes serão realizadas a partir de 2007.

Consta, também, crédito fiscal constituído sobre termo de parcelamento da dívida com o INSS no total de 60 parcelas. Até o encerramento do exercício de 2006, foram realizadas 38 parcelas, restando 22 para serem amortizadas a partir de janeiro de 2007.

11.2) Títulos e Valores

Os Títulos de Crédito compreendem as ações da TELEBRÁS, EMBRAER e COBRA TECNOLOGIA, com respectivos vencimentos em 2012, 2010, e 2014, conforme discriminado a seguir:

Títulos de Crédito	Em R\$	
	2006	2005
Ações da Telebrás	2.215.718,83	2.060.039,36
Outras Ações	1.470,29	1.366,79
TOTAL	2.217.189,12	2.061.406,15

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

As aplicações em incentivos fiscais apresentam valor de mercado inferior ao custo. Foi constituída, no exercício de 2003, provisão para ajuste ao seu valor de realização. O valor contábil do investimento, bem como o valor da respectiva provisão para perdas seguem demonstrados abaixo:

	Em R\$	
	2006	2005
Outros Investimentos	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(8.706.405,27)	(9.417.282,56)
TOTAL	1.187.361,02	476.483,73

NOTA 13 – IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido das depreciações, exceto os imóveis que se apresentam pelo valor de mercado, com base em laudo pericial. Segue demonstrativo do imobilizado:

	Taxa de Depreciação	Valor Contábil em 2006	Depreciação Acumulada	Em R\$	
				Valor Líquido	
				2006	2005
Edifícios	4%	119.272.533,90	5.801.432,70	113.471.101,20	118.107.743,65
Terrenos	-	74.188.750,00	-	74.188.750,00	74.188.750,00
Mobiliário em Geral	10%	16.919.026,39	8.768.502,94	8.150.523,45	7.198.288,53
Outros Bens Móveis	10%	34.902.473,59	17.799.710,57	17.102.763,02	6.919.975,50
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	342.477.358,91	189.349.821,46	153.127.537,45	109.137.623,92
Instalações	10%	24.878.512,81	18.307.754,10	6.570.758,71	7.348.763,54
Veículos	20%	311.051,86	282.205,92	28.845,94	41.202,35
TOTAL		612.849.707,46	249.309.427,69	372.849.278,77	322.942.347,49

NOTA 14 – ATIVO DIFERIDO

Estão registradas no Ativo Diferido, as licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços que contribuirão para a formação do resultado de mais de um

exercício social. As amortizações são feitas pelo prazo mínimo de cinco anos, atendendo ao disposto na IN nº 4/85 da Secretaria da Receita Federal. O ativo diferido está assim discriminado:

		Em R\$	
	Taxa de Amortização	2006	2005
Projetos e Softwares		49.976.020,23	24.121.935,31
(-) Amortização Acumulada	20% a.a	(13.101.055,37)	(7.784.020,96)
TOTAL		36.874.964,86	16.337.914,35

NOTA 15 – CONSIGNAÇÕES

Esses valores representam, basicamente, as retenções da folha de pagamento, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe e, principalmente, planos de previdência e assistência médica, correspondente à participação dos empregados no custeio do plano de saúde no valor de R\$ 6.417.337,72 (R\$ 3.172.110,80 em 2005).

NOTA 16 – RECURSOS DA UNIÃO

Os recursos da União referem-se aos valores a serem recolhidos aos cofres públicos no valor total de R\$ 39.124.305,57, oriundos dos encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais/municipais, COFINS e PASEP retidos dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento, pagos pelo regime de caixa (R\$ 37.423.048,48 em 2005).

NOTA 17 – PROVISÕES DE PESSOAL

Correspondem às provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil.

				Em R\$
	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	33.154.778,82	15.857.876,61	(10.414.773,76)	38.597.881,67
Licença – Prêmio	25.450.407,15	12.172.953,90	-	37.623.361,05
TOTAL	58.605.185,97	28.030.830,51	(10.414.773,76)	76.221.242,72

NOTA 18 – PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O SERPRO é patrocinador do fundo de previdência complementar - SERPROS, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de personalidade jurídica de direito privado.

O SERPROS tem por finalidade básica instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados das Patrocinadoras, conforme disposto em seu Estatuto, Regulamentos dos Planos de Benefícios e na legislação

vigente. Atualmente, são administrados dois planos: o Plano SERPRO - PS I, de benefício definido, com 4.732 participantes, e o Plano SERPRO - PS II, de contribuição definida, com 3.844 participantes.

Em 20/12/2005, o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou as seguintes premissas atuariais:

- Tábua de Mortalidade: AT-83, segregada por sexo;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light-Média;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49, segregada por sexo;
- Morbidez: Experiência STEA;
- Desligamento: 1% a.a. para idades inferiores a 48 anos e 0% para as demais idades;
- Inflação: 4% a.a.;
- Crescimento Real dos Salários: 2% para idades inferiores a 49 anos e 1,5% para as demais idades;
- Taxa Real de Juros: 6% a.a.;

Em 31 de dezembro de 2006, as obrigações do SERPRO por benefícios pós aposentadoria, vinculados ao SERPROS, estão assim representados:

	Em R\$	
	2006	2005
Planos de Previdência Complementar	125.239.107,47	112.693.045,06

Estas obrigações foram parceladas em 240 meses, sendo que até 31 de dezembro de 2006, foram amortizadas 115, restando 125 a serem amortizadas a partir de 2007. Os valores são atualizados mensalmente pelo INPC.

NOTA 19 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – PLR

A empresa possui um programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados. O pagamento está condicionado ao cumprimento de metas estabelecidas no programa, bem como à aprovação pelo Conselho Diretor. O montante destinado à distribuição no exercício de 2006 foi de R\$ 10.330.374,39 (R\$ 5.123.535,12 em 2005).

NOTA 20 – DIVIDENDOS

De acordo com as disposições estatutárias, estão asseguradas à União dividendos e suas respectivas atualizações, sendo que os valores referentes ao exercício de 2006 foram propostos pela administração e estão sujeitos à aprovação do Conselho Diretor.

	Em R\$			
	2004	2005	2006	TOTAL
Do Exercício	-	-	41.321.497,56	41.321.497,56
Complementares	10.744.443,67	12.296.484,28	8.723.699,74	31.764.627,69
Atualização	3.977.612,96	1.856.277,01	-	5.833.889,97
TOTAL	14.722.056,63	14.152.761,29	50.045.197,30	78.920.015,22

O valor de R\$ 8.723.699,74, constante do quadro acima como complemento aos dividendos no exercício de 2006, refere-se aos créditos fiscais diferidos realizados neste exercício, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional.

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre a Reserva de Reavaliação. Em 31 de dezembro de 2006, os impostos totalizaram R\$ 37.467.177,89 (R\$ 39.235.249,32 em 2005).

NOTA 22 – CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A provisão para Contingências Trabalhistas é considerada pela Administração e pela Consultoria Jurídica, com razoável segurança, de que os valores provisionados são suficientes para cobrir perdas em processos judiciais, dos quais a empresa é reclamada. O saldo destas provisões, em 31 de dezembro de 2006, é de R\$ 210.588.381,92 (R\$ 190.278.633,90 em 2005).

NOTA 23 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se, basicamente, à obrigação junto ao INSS, correspondente ao processo nº 60.220-795-9, parcelado em 60 meses, com atualização mensal pela Taxa Selic. Até o encerramento do exercício, foram liquidadas 38 parcelas, restando 22 a serem amortizadas a partir de 2007. O saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2006, é de R\$ 1.316.700,10 (R\$ 1.989.587,78 em 2005, incluindo outros dois termos de parcelamento com INSS que foram liquidados neste exercício).

NOTA 24 – RESULTADO FINANCEIRO

As receitas correspondem, principalmente, aos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras. Quanto às despesas, são registradas pelo regime de competência e correspondem, basicamente, às atualizações monetárias de dividendos e aos encargos financeiros das obrigações com o Fundo de Pensão – SERPROS. Os valores estão discriminados abaixo:

	Em R\$	
	2006	2005
Receitas Financeiras	18.430.145,06	34.515.727,49
Despesas Financeiras	(46.582.500,72)	(51.892.056,08)
TOTAL	(28.152.355,66)	(17.376.328,59)

NOTA 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

A Empresa reavaliou integralmente seus imóveis em 2005, com base em laudo pericial emitido pela PREDICTOR – Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo é de R\$ 132.046.840,67, já se encontrando deduzido dos seus impostos correspondentes (R\$ 135.478.979,32 em 2005).

NOTA 26 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é totalmente subscrito e integralizado pela União. Neste exercício, foi aumentado em R\$ 3.766.980,86, referente à reserva para riscos eventuais, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Empresa, em seu artigo nº 19, passando de R\$ 136.060.161,03 para R\$ 139.827.141,89.

NOTA 27 – RESERVAS DE LUCROS

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da empresa, com o objetivo de garantir a segurança adicional e a saúde financeira da companhia, conforme discriminado nas notas a seguir:

27.1) Reserva Legal

A reserva legal está calculada com base em 5% do lucro líquido, conforme previsto na legislação em vigor, de acordo com o detalhamento abaixo:

	Em R\$
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	157.026.686,34
(+) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	10.330.374,39
(+) REALIZAÇÃO DA RESERVA REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	3.463.339,91
(+) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.633.239,76
= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL	172.453.640,40
(-) RESERVA LEGAL – 5%	8.622.682,02

Considerando que esta reserva está limitada a 20% do capital social, neste exercício, foi destinado à sua constituição o valor de R\$ 7.167.650,15, conforme demonstrado a seguir:

	Em R\$
CAPITAL SOCIAL	139.827.141,89
LIMITE DA RESERVA LEGAL	27.965.428,38
SALDO DA RESERVA LEGAL em 2005	20.797.778,23
VALOR DESTINADO À CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	7.167.650,15

27.2) Reservas Estatutárias

As Reservas Estatutárias estão subdivididas em:

a) de Investimentos – 5% do lucro líquido, até 20% do capital social, destinados à atualização do parque computacional e à aquisição de bens patrimoniais necessários à

consecução dos objetivos institucionais do SERPRO, cujo saldo na data das demonstrações contábeis é de R\$ 24.966.501,60 (R\$ 19.383.101,17 em 2005).

b) para Riscos Eventuais – 5% do lucro líquido, até 20% do capital social, destinados a cobrir prejuízos com perda de material e destruição acidental de equipamentos e bens patrimoniais, e cujo saldo não utilizado será incorporado, no exercício seguinte, ao capital social. O valor destinado à constituição desta reserva foi de R\$ 6.198.224,64 (R\$ 4.381.805,07 em 2005).

27.3) Reserva de Retenção de Lucro

A Lei das Sociedades Anônimas permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho Diretor. Em 31 de dezembro de 2006, a empresa mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 225.212.040,32 (R\$ 139.248.210,55 em 2005). Essa reserva ultrapassou o capital social. O Conselho Diretor irá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

27.4) Créditos Fiscais Diferidos

Por recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional, esta reserva deixou de ser constituída, passando os registros dos créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias a serem contabilizados diretamente no resultado do exercício. O saldo desta reserva deverá ter parte destinado ao pagamento de dividendos (NOTA 20) e o restante à integralização de capital, a ser aprovada pelo Ministro da Fazenda.

NOTA 28 – LUCROS ACUMULADOS

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

	Em R\$
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	157.026.686,34
{ + } PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	10.330.374,39
{ + } REALIZAÇÃO DA RESERVA REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	3.463.339,91
{ + } AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.633.239,76
= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL	172.453.640,40
{ - } RESERVA LEGAL	7.167.650,15
= BASE DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS	165.285.990,25
{ - } DIVIDENDOS (25%)	41.321.497,56
= BASE DE CÁLCULO DAS RESERVAS ESTATUTÁRIAS	123.964.492,69
{ - } RESERVAS ESTATUTÁRIAS (10%)	12.396.449,28
{ - } PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	10.330.374,39
Saldo do período 01/01/2006 a 31/12/2006	101.237.669,02
{ - } Reserva de Retenção de Lucro	101.237.669,02
Saldo de Lucros Acumulados em 31/12/2006	0,00

NOTA 29 – SEGUROS

A Empresa adota política de contratação de seguros em níveis adequados para os riscos envolvidos em suas operações. Considerando as características de seus riscos, a empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

NOTA 30 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2006, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 746,68 e R\$ 18.904,78, de acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 18.868,57.


NOTA 31 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES


Referem-se aos ajustes no imobilizado, no valor de R\$ 1.132.882,32, bem como nas Declarações de Imposto de Renda - DIPJ dos anos-calendário de 2001 a 2004, no valor de R\$ 1.633.239,76.

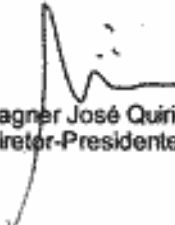
NOTA 32 – EVENTO SUBSEQÜENTE

Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício, relativos a um processo trabalhista, criaram novas expectativas favoráveis à empresa, onde a área jurídica estima haver redução substancial do valor a ser pago.

Brasília, 31 de dezembro de 2006.


Antônio Sérgio Borba Cangiano
Diretor


Ana Maria Malmann Costi
Contadora CRC - DF 8.894/O-6


Wagner José Quirici
Diretor-Presidente